→★ continuação

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras

	2024	2023
Contribuição inicial fixa - paga	**291.821**	**291.821**
Compromisso com o poder concedente		
Valor nominal	91.537	91.537
Remensuração ajuste a valor presente (13,5%)	(81.710)	(81.710)
	9.827	9.827
Outorga Fixa	**301.648**	**301.648**
Amortização acumulada	(44.063)	(41.169)
	257.585	**260.479**

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para o período remanescente da concessão descontado a uma taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 12,91% (10,31% em 2023). No cálculo do teste de *impairment*, o valor contábil é comparado com os fluxos de caixa descontados orçados até 2042. O valor contábil é determinado a partir dos ativos imobilizado e intangível mais capital de giro na data do balanço. Para os anos de 2023 e 2024, não foram identificados necessidade de reconhecimento de perda.

12. Fornecedores	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais - Ativo Fixo	13.537	17.686
Fornecedores nacionais - Gerais	21.558	11.732
Fornecedores nacionais - Reconstrução	25.299	–
Total	**60.394**	**29.418**

13. Salários, Encargos Sociais e Benefícios	**2024**	**2023**
Salários a Pagar	1.529	1.599
Provisão de Férias	4.550	4.472
Provisões com Pessoal	7.087	7.066
Encargos Sociais a pagar	1.308	1.216
Total	**14.474**	**14.353**

14. Empréstimos e Financiamentos: Em 28 de março de 2019, a Companhia firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativo à ampliação do terminal de passageiros e da pista de aterrisagem e decolagem do Porto Alegre Airport (Aeroporto Internacional Salgado Filho), conforme previsto no contrato de concessão. As amortizações de juros ocorreram trimestralmente desde 2019 até março de 2022. A partir de abril de 2022, estes pagamentos se tornaram mensais. A amortização do principal iniciou em abril de 2022, conforme especificado no contrato. Conforme definido no contrato, são devidos juros remuneratórios, incidentes sobre o Principal, correspondentes à taxa composta pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (IPCA), calculada de forma *pro rata temporis*, acrescido da taxa de juros prefixada de 2,98% ao ano mais spread de 2,41% ao ano. Em junho de 2024, devido ao fechamento do aeroporto em razão do alagamento, o BNDES concedeu a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios sem incidência de encargos moratórios, com capitalização no saldo devedor, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da parcela de junho de 2024. Em 18 de setembro de 2024, a Companhia celebrou um novo contrato de empréstimo de longo prazo, destinado ao capital de giro, também com o BNDES. Este empréstimo está vinculado ao Programa BNDES Emergencial, que tem como objetivo apoiar o Aeroporto Internacional de Porto Alegre na recuperação de suas atividades operacionais, após as consequências do alagamento ocorrido em maio de 2024. O montante dos juros será capitalizado trimestralmente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período entre o dia 15 de outubro de 2024 e 15 de outubro de 2025. As parcelas de juros e principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2025. No contrato BNDES Emergencial incidirão juros remuneratórios sobre o principal à taxa fixa de 7,42% ao ano, calculados de forma *pro rata temporis*. O principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro vencimento previsto para novembro de 2025 e a última amortização programada para outubro de 2029.

a) Composição da dívida

	Empréstimo Principal + Juros		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Saldo em 31.12.2023	**62.862**	**1.270.914**	**1.333.776**
Saldo em 31.12.2024	**64.064**	**1.453.518**	**1.517.582**

Banco	Primeira Liberação	Principal 31/12/2024	Vencimento	Encargos
				IPCA TLP
BNDES	28/03/2019	1.410.422	15/11/2038	+ 5,46% a.a
BNDES Emerg.	07/10/2024	100.157	15/10/2029	7,42% a.a

b) Composição dos empréstimos de Longo Prazo por ano de vencimento

2026	2027	2028	2029	2030-2038	TOTAL
130.082	130.082	130.082	125.922	937.350	1.453.518

c) Movimento da dívida

Empréstimos	**2023**	**2024**
Saldo inicial	**1.328.213**	**1.333.776**
Captações	–	100.000
Juros incorridos	132.588	138.078
Principal Pago	(52.700)	(24.931)
Pagamento Juros	(74.325)	(29.341)
Saldo em 31 de dezembro	**1.333.776**	**1.517.582**

d) Garantias: Referente ao contrato de financiamento relativo às ampliações e obras de melhoria do aeroporto, foi realizado contrato da cessão fiduciária de direitos recebíveis, penhor de ações e garantia adicional pelo fundo reserva das referidas aplicações vinculadas (Nota 9). Sobre o crédito emergencial tomado em setembro de 2024, foi constituída fiança bancária junto ao Banco Santander, no montante total do contrato, com exigência de manutenção durante toda a sua vigência. e) Covenants: Sobre o contrato de financiamento para expansões e melhorias na infraestrutura do aeroporto, quando do atingimento do *Completion* (conclusão físico-financeira do projeto), a Companhia tem a obrigação do cumprimento dos seguintes *Covenants*, que em caso de não cumprimento restringe a distribuição do dividendo que excede o mínimo obrigatório sem prévia e expressa autorização do BNDES: O ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) deve-se mostrar superior ou igual a 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício.

$$ICSD = \frac{EBITDA - Pagamento\ IR/CSLL - Outorga}{Serviço\ de\ Dívida\ (BNDES + Outros\ Credores)}$$

EBITDA = Lucro Operacional antes do resultado financeiro e amortização, excluindo receitas e custos de construção. **Serviço da Dívida:** juros e amortizações pagas de todas as dívidas. **Outorga:** parcela anual devida a título de Contribuição Fixa. Adicionalmente, o Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total deve ser maior ou igual a 20%. Além do monitoramento periódico realizado pela instituição financeira, a Companhia acompanha mensalmente as cláusulas restritivas para ambos os contratos. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, assim como em 2023, a Companhia está em cumprimento com as respectivas cláusulas. **15. Compromissos com o poder concedente:** A obrigação de compromissos financeiros com o Poder Concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável. Conforme contrato de concessão, a contribuição variável representa 5% da receita bruta total da Companhia e deve ser paga anualmente no mês de maio do ano subsequente. O pagamento da outorga variável é uma das formas de compensação do reequilíbrio econômico-financeiro. A Companhia projeta não desembolsar valores respectivos à outorga variável até 2029. A contribuição variável referente ao ano de 2023, com vencimento em maio de 2024, ficou suspensa como medida auxiliar no período de alagamento. Em janeiro de 2025, a ANAC reverteu a suspensão do pagamento e requereu a compensação do reequilíbrio econômico-financeiro referente ao COVID com os efeitos retroativos a maio de 2024. A contribuição fixa estava reconhecida no passivo não circulante conforme estabelecido no contrato de concessão. Os pagamentos iniciariam anualmente em agosto de 2023 e terminariam no último ano do contrato de concessão. Entretanto, em dezembro de 2022, a Companhia optou pela antecipação da outorga fixa liquidando assim a totalidade desta obrigação.

	2024	2023
Contribuição Variável	26.973	16.977
Reconstrução - Valores a devolver	73.152	–
Operação BACO	715	–
Compromissos com o poder concedente	**100.840**	**16.977**
Passivo Circulante	100.840	16.977

(a) Reconstrução: A Companhia recebeu o valor relacionado à Apólice de seguro de riscos operacionais referente aos danos decorrentes do alagamento no valor incontroverso de R$ 133.328. Este valor, somado aos valores aprovados pela Medida Cautelar no montante de R$ 362.022 para fins de reconstrução da infraestrutura aeroportuária e recebidos em sua totalidade após apresentação dos documentos fiscais e comprovação de pagamento, excedeu o valor estimado e provisionado no valor de R$ 424.411, restando um saldo a devolver de R$ 73.152 em 31 de dezembro de 2024. A forma e a data da devolução aguardam ainda definições referentes ao pleito do reequilíbrio econômico-financeiro do período do alagamento que está em andamento. A contratação do seguro é obrigação da concessão. Uma vez que o ativo não é propriedade da Concessionária e sim bens da União, e ainda por condição contratual, a ANAC consta como cossegurada na apólice de seguro, sendo assim, o valor recebido do seguro compõe parte do ressarcimento para recompor os danos ao patrimônio público e possui o objetivo de reconstrução da infraestrutura. (b) Operação BACO: Devido à geração de receitas superiores aos custos relacionadas às atividades da BACO, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um crédito no valor de R$ 715 referente à operação de caráter emergencial. Este valor está registrado no passivo até que haja a formalização do encerramento da operação junto à ANAC. Conforme resolução N° 746, de 20 de maio de 2024, em caso de crédito em favor da operadora, este poderá ser compensado com outras obrigações apuradas, reconhecidas e confessadas junto ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. **Obrigação de Reconstrução:** Após a realização de testes e ensaios para determinar a extensão dos danos causados aos pavimentos da pista e *taxiways*, bem como avaliações das condições das edificações atingidas pelo alagamento, em setembro de 2024, foi constituída a provisão de reconstrução com o valor total estimado da obra de reconstrução no valor de R$ 424.411 O total realizado da obra até 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 365.222. O saldo a realizar em 2025 é de R$ 59.189.

Obrigação de Reconstrução	**2024**
Provisão para reconstrução	424.411
Reconstrução realizada	(365.222)
Saldo em 31 de dezembro	**59.189**

16. Outros Passivos	**2024**	**2023**
Circulante		
Garantias diversas (a)	3.499	2.611
Adiantamento de Clientes	1.370	1.610
Outros	108	124
Total	**4.977**	**4.345**
Não Circulante		
Adiantamento de Clientes (b)	1.656	1.944
Total	**1.656**	**1.944**

a) Garantias Diversas estão relacionadas a depósito caução de clientes. b) O montante em adiantamento de clientes classificado como não circulante, referem-se a contrato de cessão de espaço de loja, diferido ao longo do contrato. **17. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide. **b) Reserva Legal:** Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 26, item a do Estatuto Social da Companhia, ao final do exercício de 2023, foi reconhecida reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, destinado à assegurar a integridade do capital. Em 2024, devido ao prejuízo, não há reconhecimento de Reserva Legal. **c) Dividendo Mínimo e Reserva especial:** O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2023, a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R$ 8.960. Em 26/04/2024, a Assembleia Geral, optou pela não distribuição deste valor e retenção em Reserva Especial. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro. **d) Retenção de Lucros:** Também em razão dos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão, ao final do exercício de 2023, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R$ 26.879, conforme o art. 196 da Lei 6.404/76. O valor de R$ 21.839 foi utilizado para compensar o prejuízo do exercício de 2024.

18. Receita Operacional Líquida	**2024**	**2023**
Receita bruta - Tarifária	123.409	221.502
Receita bruta - Não Tarifária	62.606	118.046
Impostos sobre receitas	(23.229)	(41.570)
Receita operacional líquida	**162.786**	**297.978**
Receita de construção	101.720	46.598
Custo de construção	(101.720)	(45.526)
Margem de construção	**–**	**1.072**

19. Custos dos Serviços Prestados	**2024**	**2023**
Serviços de terceiros	(32.344)	(35.076)
Pessoal	(23.341)	(24.090)
Conservação e Manutenção	(13.335)	(17.949)
Outorga variável	(8.733)	(16.977)
Amortização e depreciação	(33.924)	(63.250)
Energia Elétrica	(4.764)	(6.511)
Provisão Devedores Duvidosos	66	(1.749)
Provisões de Contencioso	(2.181)	3.143
Água	(337)	(865)
Outros	(3.042)	(736)
Custo dos serviços prestados	**(121.935)**	**(164.060)**
Custo de construção	(101.720)	(45.526)
Total	**(223.655)**	**(209.586)**

20. Despesas Gerais e Administrativas por Natureza	**2024**	**2023**
Pessoal	(25.089)	(20.579)
Gerais e Administrativos	(5.670)	(5.331)
Seguros	(4.108)	(2.836)
Serviços de terceiros	(5.668)	(1.691)
Impostos e taxas	(1.116)	(1.272)
Outros	(7)	(47)
Total	**(41.658)**	**(31.756)**

21. Outras receitas e despesas operacionais	**2024**	**2023**
Recomp. do equilíbrio econômico-financeiro (i)	–	42.762
Recuperação de despesas - Reconstrução (ii)	57.219	–
Outras receitas e despesas	(519)	(719)
Total	**56.700**	**42.043**

(i) A Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no valor de R$ 47.120 em 2023, apresentado na Nota 8, está demonstrado líquido de impostos no percentual de 9,25% (PIS e COFINS). (ii) A recuperação de despesas refere-se à parte do valor contemplado pela Medida Cautelar aprovada pela Decisão nº 683 da ANAC. Foi reconhecido o valor de R$ 63.051 em 2024, conforme Nota 8 e está apresentado líquido dos impostos de PIS e COFINS no percentual de 9,25%.

22. Resultado Financeiro	**2024**	**2023**
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	12.164	9.801
Atualização Reequilíbrio	35.415	32.056
Juros ativos e Descontos Obtidos	481	1.326
Outras receitas financeiras	2.847	4.384
Total	**50.907**	**47.567**
Despesas Financeiras		
Custos sobre empréstimos	(138.078)	(129.732)
IOF	(8)	(14)
Despesas bancárias	(241)	(370)
Juros passivos	(2.754)	(3.596)
Outras Despesas Financeiras	(130)	(17)
Variação Cambial	205	(10)
Total	**(141.006)**	**(133.739)**
Resultado Financeiro	**(90.099)**	**(86.172)**

23. Plano de Pensão: A contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada é em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. Em 2024, as despesas de previdência privada equivalem a R$ 173 (R$ 85 em 2023) e foram registradas no resultado na rubrica "Despesas com pessoal". **24. Provisões Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias:** A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda, classificados pela administração com prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Prováveis		
Regulatórias	50	84
Trabalhistas	71	109
Cíveis	5.317	3.064
	5.438	**3.257**

	Tributárias	Regulatórias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2022	**4.060**	**3.829**	**101**	**3.211**	**11.201**
Adições	657	9	5	22	693
Reversões	(257)	(2.579)	(9)	(44)	(2.889)
Pagamentos	(4.460)	(1.175)	–	21	(5.614)
Atualizações	–	–	12	(146)	(134)
Saldo em 31.12.2023	**–**	**84**	**109**	**3.064**	**3.257**
Adições	–	150	40	1.925	2.115
Reversões	–	(113)	(69)	(5)	(187)
Pagamentos	–	(71)	(26)	–	(97)
Atualizações	–	–	17	333	350
Saldo em 31.12.2024	**–**	**50**	**71**	**5.317**	**5.438**

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possíveis	**2024**	**2023**
Tributárias	330	327
Cíveis(i)	33.406	444.090
Regulatórias	206	206
Trabalhistas	1.543	906
	35.485	**445.529**

(i) Em 2019, foi ajuizada Ação Civil Pública contra a Companhia, pleiteando o reconhecimento de responsabilidade pela mesma com relação à área ocupada pela Vila Nazaré, área esta que está parcialmente dentro do sítio aeroportuário, como resultado da execução da obra de expansão da pista do Aeroporto, conforme compromisso do contrato de concessão. Em 06.03.2022, a demanda foi julgada parcialmente procedente, com a ratificação das decisões que (i) determinou a realização do cadastramento da totalidade das famílias da Vila Nazaré; (ii) indeferiu os demais pedidos de tutela de urgência formulados na petição inicial; e (iii) deferiu em parte o pedido alternativo de estabelecimento de critérios únicos em relação aos moradores remanescentes. Os demais pleitos foram reputados prejudicados ou integralmente rejeitados. Em 04.07.2024, após o trânsito em julgado da decisão, o processo foi arquivado, sendo que a área já se encontra murada e integrada ao aeroporto de Porto Alegre. **25. Provisão para Passivos Ambientais:** Em setembro de 2022, foi homologado acordo assinado entre a Companhia, a TAP&ME Brasil, a TAP Air, o MPRS e a FEPAM, para o fim de encerrar as ações judiciais 5021262-58.2020.8.21.0001 e 5000459-95.2019.8.21.1001, que diziam respeito ao passivo ambiental existente na área então ocupada pela TAP&ME Brasil no Aeroporto de Porto Alegre e outros assuntos relacionados à utilização e entrega da área. O valor envolvido no acordo totalizou R$ 53.586, sendo que à Companhia foram destinados R$ 53.266. Ficou, portanto, a Companhia, responsável por executar os serviços de investigação, remediação e monitoramento do dano ambiental nos locais objeto do acordo. A TAP já efetuou o pagamento de R$ 16.135 e foi realizado um depósito judicial no valor de R$ 37.623 o qual está sendo levantado na medida da ocorrência das despesas. Atualmente o saldo da provisão se encontra no valor de R$ 51.996, pois até o momento a Companhia realizou o desembolso acumulado de R$ 7.505.

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**53.609**	**50.712**
Pagamentos	(4.257)	(694)
Atualizações	2.644	3.591
Saldo no fim do exercício	**51.996**	**53.609**

26. Gestão de Risco Financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia à expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado: Gestão do risco de capital

	2024	2023
Dívida (a)	1.517.581	1.333.776
Caixa, saldos de bancos e aplic. financ. (b)	(346.754)	(119.623)
Dívida líquida	1.170.827	1.214.153
Patrimônio líquido (c)	1.005.500	1.018.379
Índice de endividamento líquido	1,16	1,19

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota 14. (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros ao custo amortizado	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	346.754	74.909
Contas a Receber	28.421	34.914
Partes Relacionadas	839	879
Direitos com o Poder Concedente	297.701	278.270
Outros Ativos	1.465	1.498
Aplicações Financeiras Vinculadas	–	44.714

Passivos Financeiros ao custo amortizado	**2024**	**2023**
Fornecedores	60.394	29.418
Empréstimos e Financiamentos	1.517.581	1.333.776
Compromissos com o poder concedente	100.840	16.977
Outros Passivos	6.633	6.289

Gestão de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento. As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. Gestão do risco de taxa de juros: Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI, índice que é normalmente superior à inflação medida pelo IPCA, levando em conta a estrutura de financiamento das operações, a administração entende que seus resultados possuem uma mitigação das variações nas taxas de juros. A taxa de juros do financiamento contratado é composta por *spread* prefixada, portanto, não está sujeita a variações, mas existe um componente da taxa de juros efetiva que é atualizado pela inflação, medida pelo IPCA, ou seja, pós-fixada. Gestão do risco de taxa de câmbio: A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio. Gestão do risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também possui linhas de crédito junto ao mercado financeiro. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. As projeções de inflação que a tesouraria da Fraport Brasil utilizou para projeção abaixo, são com base no histórico e projeções.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2024
Fornecedores	60.394	–	–	–	60.394
Emprést. e Financ.	102.829	463.942	475.727	2.139.824	3.182.322
Comp. c/o poder conced.	100.840	–	–	–	100.840
	264.063	463.942	475.727	2.139.824	3.343.556

Análise de Sensibilidade: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras que estão lastreados em CDI (CDB), direitos com o poder concedente e empréstimos com taxas de juros variáveis, atreladas ao IPCA. Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto à variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros. A Companhia teria o seguinte efeito no resultado do exercício:

Impacto na Demonstração do Resultado	**Indexador**	**Variação**	**2024**	**2023**
Empr. e financiamentos	IPCA	50bps(i)	14.290	14.349
Aplicações financeiras	CDI	100bps(i)	1.200	763
Direitos c/ o poder conced.	IPCA	50bps(i)	1.393	1.193

(i) Base Points

27. Lucro líquido por Ação: O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	2024	2023
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	(21.839)	37.725
Denominador (em milhares de ações)	763.500	763.500
Lucro (Prej.) básico e diluído por ação - em reais	(0,03)	0,05

28. Seguros: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Cobertura	Vigência	Valor segurado
Propriedade	Mar/2024 - Mar/2025	2.955.867
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Nov/2024 - Nov/2025	4.024.995
Gar. de cumprimento de Contrato de Conc. - ANAC	Jul/2023 - Jul/2025	155.988
Terrorismo	Mar/2024 - Mar/2025	150.000
Resp. Civil aos Adm. e Diretores	Jun/2024 - Jun/2025	60.000
Equipamentos	Ago/2024 - Ago/2025	5.000
Cobertura Frota	Abr/2024 - Ago/2025	6.420
	TOTAL	7.358.270

29. Transações que Não Afetaram o Caixa: As transações que não afetaram o caixa compreendem a compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ocorrida em 31 de maio de 2023, no valor de R$14.143. Em 2024, a Companhia suspendeu a compensação da outorga variável, sendo a mesma realizada em janeiro de 2025. As aquisições de ativo fixo e não pagos no ano de 2024 somam o valor de R$ 13.537 (R$ 10.673 em 2023).

Diretoria

Andreea Diana Pal - Presidente
Edgar Nogueira - Vice-Presidente de Operações
Leonardo Carnielle - Vice-Presidente Comercial e de Concessão

Contadora

Eunice Callai Pellegrini Kalikoski - CRC RS 069669/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** ***Demonstração do valor adicionado***: A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

continua →★